



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO NO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

1 Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta
2 minutos, na sala de reuniões dos conselhos superiores, reuniu-se o Comitê de
3 Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa, sob a Presidência
4 do Pró-Reitor de Graduação, **Rodrigo Nogueira de Codes**. Estiveram presentes os
5 membros: **Manoel Reginaldo Fernandes, Milena Paula Cabral de Oliveira, Odacir**
6 **de Almeida Neves, Melquisedeque de Oliveira Fernandes, Raphaela Vasconcelos**
7 **Gomes Barreto, Joselito Medeiros de Freitas Cavalcante, Kyteria Sabina Lopes de**
8 **Figueredo**. Membros com faltas justificadas: **Maria de Lourdes Fernandes de**
9 **Medeiros, Daniel Faustino Lacerda de Souza, Vinicius Gomes de Castro, Josemir**
10 **de Souza Gonçalves, Manoel Denis Costa Ferreira e Cícera Antonielle Cajazeiras**
11 **da Silva**. Verificada a existência de quórum legal, o presidente do Comitê **Rodrigo**
12 **Nogueira de Codes**, leu a seguinte pauta: **Primeiro ponto**: apreciação e deliberação
13 sobre a Ata da 3ª Reunião Ordinária de 2019. **Segundo ponto**: apreciação e deliberação
14 sobre as emendas do CONSEPE da Resolução de Estágio. **Terceiro ponto**: apreciação e
15 deliberação sobre a Resolução que regulamenta a Atividade Voluntária na Ufersa.
16 **Quarto ponto**: outras ocorrências. A pauta foi aprovada por unanimidade. Em seguida,
17 o presidente do Comitê, **Rodrigo Nogueira de Codes** pôs em votação e a Ata da 3ª
18 Reunião Ordinária de dois mil e dezenove foi aprovada com três abstenções. No
19 **Segundo ponto**, o presidente do Comitê, **Rodrigo Nogueira de Codes** explicou que
20 essa resolução foi encaminhada pelo comitê de graduação ao CONSEPE e que neste
21 órgão houve a relatoria, e agora o Comitê de graduação deverá votar a favor ou não das
22 emendas propostas pelo relator do CONSEPE, informou ainda, a presença da servidora
23 **Danielly Mendes Pereira** que ficou à disposição para eventuais dúvidas sobre a
24 normatização do estágio no âmbito da Ufersa. **Joselito Medeiros de Freitas**
25 **Cavalcante** perguntou se apenas serão discutidas as emendas do relator do CONSEPE.
26 O presidente do Comitê, **Rodrigo Nogueira de Codes** explicou que realizariam a
27 leitura na íntegra da resolução e que se não houvesse observações passaria os artigos
28 com aprovações. Por unanimidade os membros concordaram com as modificações
29 propostas pelo relator do CONSEPE dos artigos dois e três da referida resolução.
30 **Raphaela Vasconcelos Gomes Barreto** aponta que nos PPC dos cursos que tem como
31 estágio supervisionado obrigatório (EXO) deverá ser dito em normativa que equivale a
32 Estágio curricular obrigatório. **Joselito Medeiros de Freitas Cavalcante** sugeriu
33 colocar essa observação nas disposições gerais. **Kyteria Sabina Lopes de Figueredo**
34 pontuou que os documentos ficam obsoletos porque citam normas específicas, ela
35 solicita para ter cuidado e utilizar o termo “de acordo com a norma vigente”. **Rodrigo**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

36 **Nogueira de Codes** sugere alterar o termo para Estágio Supervisionado Curricular.
37 **Odacir de Almeida Neves** sugere que se aprovado a nova emenda tem que mudar o
38 termo no item considerando e na definição. A servidora **Danielly Mendes Pereira**
39 lembra que na Lei de estágio 11.788/07 cita apenas estágio obrigatório e não
40 obrigatório. **Joselito Medeiros de Freitas Cavalcante** aponta que ao citar estágio
41 supervisionado curricular cita apenas o obrigatório. **Rodrigo Nogueira de Codes**
42 concorda e retira a proposta. **Kyteria Sabina Lopes de Figueredo** propõe que cite de
43 modo genérico. **Rodrigo Nogueira de Codes** informa que o discente pode aproveitar o
44 estágio não obrigatório como componente curricular. **Joselito Medeiros de Freitas**
45 **Cavalcante** sugere que seja colocado como atividade acadêmica. **Raphaela**
46 **Vasconcelos Gomes Barreto** sugere retirar o termo componente curricular. **Kyteria**
47 **Sabina Lopes de Figueredo** concorda com **Raphaela Vasconcelos Gomes Barreto**
48 para suprimir o termo componente curricular. **Rodrigo Nogueira de Codes** realiza a
49 leitura da resolução de atividade complementar e cita que o estágio não-obrigatório
50 pode ser aproveitado como componente curricular. **Joselito Medeiros de Freitas**
51 **Cavalcante** propõe a retirada do termo componente curricular. **Raphaela Vasconcelos**
52 **Gomes Barreto** questiona se suprimir não irá comprometer os demais artigos.
53 **Raphaela Vasconcelos Gomes Barreto** propõe suprimir. **Melquisedeque de Oliveira**
54 **Fernandes** questiona se na lei de estágio regulamenta o estágio não obrigatório
55 também. A servidora **Danielly Mendes Pereira** afirma que sim. **Melquisedeque de**
56 **Oliveira Fernandes** afirma que se o artigo é inclusivo ele tem que ser suprimido.
57 **Rodrigo Nogueira de Codes** retoma que a definição de componente curricular é para
58 todas as ações: disciplinas, módulos, atividades complementares. A proposta de
59 Raphaela Vasconcelos Gomes Barreto de suprimir o artigo é colocada em votação. A
60 proposta emenda do comitê ao artigo dois é aprovada por seis votos favoráveis e uma
61 abstenção. Ao final, **Raphaela Vasconcelos Gomes Barreto** aponta a relevância da
62 votação. Retoma-se a discussão do artigo três. A servidora **Danielly Mendes Pereira**
63 **informa** que a UFMG adota o procedimento de aproveitar o estágio não obrigatório
64 como obrigatório se cumprir os requisitos. Exemplifica ainda que, no curso de
65 Mecânica o estágio é de 180 horas, mas geralmente as empresas querem que o discente
66 realize o estágio por no mínimo 06 meses. Nesse caso, a servidora sugere que seja feito
67 o aproveitamento. O comitê delibera por unanimidade sobre a manutenção da proposta
68 original, pois o termo proposto pelo relator do CONSEPE fica redundante nos termos
69 “definido” duas vezes. O comitê delibera por unanimidade pela proposta de alteração do
70 inciso II do artigo terceiro da resolução, proposta pelo relator do CONSEPE. A
71 servidora **Danielly Mendes Pereira** explica a necessidade na manutenção da proposta
72 original do artigo quinto. Os membros **Raphaela Vasconcelos Gomes Barreto** e
73 **Odacir de Almeida Neves** afirmam que é necessário deixar claro em um parágrafo que
74 os discentes com status *formado* não poderão continuar realizando o estágio não
75 obrigatório. **Raphaela Vasconcelos Gomes Barreto** propõe a manutenção do texto do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

76 relator no artigo cinco. O comitê delibera favoravelmente. No artigo seis, parágrafo
77 primeiro é deliberado à manutenção da proposta original. No segundo parágrafo é
78 deliberada a manutenção da proposta do relator. No artigo sete, o comitê delibera pela
79 manutenção original, apenas acrescido de um inciso IV e ainda acrescentar o termo “de
80 estágio”. No sétimo artigo, parágrafo primeiro é deliberado manter proposta original,
81 bem como a retirada do segundo parágrafo. No parágrafo terceiro é deliberado favorável
82 ao texto do relator; no parágrafo quarto é deliberado pelo voto do relator; no quinto
83 parágrafo é deliberado pelo voto do relator. No sexto parágrafo, a servidora **Danielly**
84 **Mendes Pereira** reafirma a necessidade de ser o supervisor do estágio e não o
85 representante legal do estágio. O comitê delibera por unanimidade pela manutenção do
86 texto original. **Odacir de Almeida Neves** e **Joselito Medeiros de Freitas Cavalcante**
87 consideram que é necessário uniformizar o termo “supervisor de campo” que aparece no
88 sétimo artigo para supervisor de estágio. No oitavo artigo **Raphaela Vasconcelos**
89 **Gomes Barreto** propõe a mudança do termo “deve” para o termo “pode”. Em votação
90 foi aprovada por unanimidade a emenda do comitê. No nono artigo, o comitê deliberou
91 pela manutenção da proposta original no inciso segundo e acrescentar o termo
92 “Curricular”. No décimo artigo foi deliberada por unanimidade a proposta da emenda
93 do relator do CONSEPE. No artigo onze, os membros deliberaram pela manutenção do
94 texto original. No artigo dezessete o comitê delibera favorável a proposta da emenda do
95 relator. No artigo vinte foi deliberado pela manutenção do texto original com uma
96 votação de seis votos favoráveis e uma abstenção. No parágrafo segundo do artigo vinte
97 foi deliberada pela manutenção do texto original e alteração do termo de “supervisor de
98 campo” para “supervisor de estágio”. Nos artigos vinte e um, vinte e quatro, vinte e
99 nove, os membros deliberaram favorável a proposta do relator do CONSEPE. Sem mais
100 nenhuma ressalva, o texto final da resolução com as emendas do comitê e relatoria do
101 CONSEPE foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O **Terceiro ponto:**
102 apreciação e deliberação sobre a Resolução que regulamenta a Atividade Voluntária na
103 UFERSA foi iniciado às dez horas e trinta e três minutos. **Milena Paula Cabral de**
104 **Oliveira** explicou o processo histórico de construção da minuta de atividade voluntária,
105 e o presidente do Comitê, **Rodrigo Nogueira de Codes** colocou o ponto em discussão.
106 **Raphaela Vasconcelos Gomes Barreto** propõe uma emenda à resolução, inserindo a
107 definição do artigo primeiro da lei 9.608/98. A Emenda foi aprovada por unanimidade.
108 **Kyteria Sabina Lopes de Figueredo** propõe pensar um fluxo de adesão dos discentes a
109 atividade voluntária. **Joselito Medeiros de Freitas Cavalcante** propõe rever a relação
110 com entidade pública ou privada. **Kyteria Sabina Lopes de Figueredo** propõe que o
111 fluxo de adesão seja: O coordenador deve ser servidor da UFERSA; a solicitação da
112 atividade deverá ser realizada via sistema acadêmico; O termo de adesão deverá ser
113 anexado ao cadastro no sistema acadêmico. A PROGRAD realizará a aprovação e
114 supervisão. **Raphaela Vasconcelos Gomes Barreto** e **Melquisedeque de Oliveira**
115 **Fernandes** propõem que sejam suprimidos todos os incisos do artigo quarto da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

116 resolução. **Odacir de Almeida Neves** afirma que a resolução prevê atividade voluntária
117 em eventos culturais, no entanto, já existe no módulo de eventos da PROEC essa
118 previsão, e que os discentes participantes como voluntários poderão ser cadastrados lá.
119 E por fim, **Odacir de Almeida Neves** cita quais os módulos existentes no sistema da
120 PROEC e sugere utilizar o termo do estatuto como unidades suplementares para
121 restringir as atividades voluntárias. **Kyteria Sabina Lopes de Figueredo** propõe retirar
122 a emenda ao artigo primeiro e deixar apenas educacional e científico. **Melquisedeque**
123 **de Oliveira Fernandes** solicita que seja deliberado qual o entendimento do escopo
124 desta resolução. **Odacir de Almeida Neves** reforça que é necessário ter melhor
125 explicitado a finalidade da resolução. **Raphaela Vasconcelos Gomes Barreto** solicita
126 que seja registrado no documento o que ele abarca. **Melquisedeque de Oliveira**
127 **Fernandes** solicita que seja discriminado o tipo de atividade voluntária. **Rodrigo**
128 **Nogueira de Codes** propõe como encaminhamento especificar a atividade voluntária
129 para as situações específicas e unidades suplementares, e que ela seja retomada em uma
130 próxima reunião, sendo uma versão enviada aos membros de modo compartilhado para
131 contribuições. **No Quarto ponto:** em outras ocorrências **Joselito Medeiros de Freitas**
132 **Cavalcante** solicitou que a PROGRAD realize uma campanha para migração dos
133 discentes do C&T para o novo currículo. **Kyteria Sabina Lopes de Figueredo** relatou
134 que os professores têm reclamado sobre o critério de distribuição das bolsas do
135 programa de monitoria e solicitou revisão da resolução para priorizar a qualidade.
136 **Rodrigo Nogueira de Codes** informou que já está em fase de construção a nova
137 resolução do programa de monitoria. Em seguida, o presidente do Comitê, **Rodrigo**
138 **Nogueira de Codes**, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, às
139 onze horas e trinta e dois minutos. E eu, Milena Paula Cabral de Oliveira, Assessora de
140 Planejamento pedagógico, lavrei a presente ata que será assinada pelos presentes,
141 quando aprovada.

142 **Presidente:**

143 Rodrigo Nogueira de Codes _____

144 **Representantes dos Centros:**

145 Manoel Reginaldo Fernandes _____

146 Odacir de Almeida Neves _____

147 Melquisedeque de Oliveira Fernandes _____

148 Raphaela Vasconcelos Gomes Barreto _____

149 Joselito Medeiros de Freitas Cavalcante _____

150 Kyteria Sabina Lopes de Figueredo _____

151 **Representante dos Técnicos Administrativos:**

152 Milena Paula Cabral de Oliveira _____